

REVISTA BRASILEIRA DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

ANO IV Nº1

JAN/JUN - 1994



FAMÍLIA em Tempos de Transição

ISSN 01404-1282

Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano – ISSN 0104-1282, com periodicidade semestral, é editada pelo Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do Ser Humano, entidade sem fins lucrativos, vinculada à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Indexação: a RBCDH é indexada nas Bases de Dados: AdSAÚDE e Lilac's.

Editor

Prof. Dr. Arnaldo Augusto Franco de Siqueira

Conselho Editorial

Arnaldo Augusto Franco de Siqueira
Fernando Lefèvre
Márcia Maria Porto Rossetto Mazza
Néia Schor
Maria Cecília Correa Pantaleão
Paulo Rogério Gallo

Editores Assistentes

Elaine Pedreira Rabinovich

Revisão de Idioma Inglês

Carolina Penteado Siqueira Ventura

Conselho Consultivo

Amélia Cohn – FMUSP
Ana Cristina d'Andretta Tanaka – FSP/USP
Antônio Fernandes Moron – FMUSP/USP e FSP/USP
Aparecida Magali de Souza Alvarez – CDH-FSP/USP
Arnaldo Augusto Franco de Siqueira – FSP/USP
Augusta Thereza Alvarenga – FSP/USP
Ceneide Cerveny – PUCSP
Cláudio João Paulo Saltini – C. E. Jean Piaget
Cornélio Pedroso Rosemburg – FSP/USP
Dóris Ruthi Lewis – DERDIC – PUCSP
Drauzio Viegas – FMFABC
Eda Terezinha de Oliveira Tassara – IP/USP
Eduardo Marcondes – FMUSP
Elaine Pedreira Rabinovich – CDH – FSP/USP
Emma Otta – IP/USP
Eucenir Fredini Rocha - FMUSP
Evandro Roberto Baldacci – FMUSP
Fabíola Zioni – FSP/USP
Fernando Lefèvre – FSP/USP
Fúlvia Rosemberg – Fund. Carlos Chagas
Igneiz Salas Martins – FSP/USP

Isabel Maria Teixeira Bicudo Pereira – FSP/USP
Jean Pierre Goubert – EHESP/França
José Lauro Araújo Ramos – FMUSP/USP
Keiko Ogura Buralli – FSP/USP
Marcia Faria Westphal – FSP/USP
Maria Aparecida Motta – UNISANTOS
Maria Cecília de Souza Minayo – FIOCRUZ
Maria Cecília Ziliotto
Maria Elizabeth Montagna – PUCSP
Maria Lúcia M. M. Sundefeld – UNESP/Araçatuba
Márcia Regina da Costa – PUCSP
Néia Schor – FSP/USP
Neusa Guaraciaba dos Santos de Oliveira – FSP/USP
Nilce Piva Adami – EEUFSP
Paulo Antonio de Carvalho Fortes – FSP/USP
Paulo Rogério Gallo – FSP/USP
Pessia Grywac Meyerhof – ABRADIMENE
Regina Maria Marsiglia – FM Santa Casa SP
Ruth Gheler – CDH – FSP/USP – UNIP
Vera Sílvia Raad Bussab – IP/USP

Endereço: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do Ser Humano. Av. Dr. Arnaldo, 715 subsolo sala 21. SP – CEP 01246-904.
Fone/Fax: (0XX11) 3061-3572 Fone: (0XX11) 3066-7775 – home-page: <http://www.usp.br/fsp/CDH.HTM> -
e-mail: CDH@fsp.usp.br

**REVISTA BRASILEIRA DE CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

***BRAZILIAN JOURNAL OF HUMAN GROWTH AND
DEVELOPMENT***

RBCDH

***CDH - CENTRO DE ESTUDOS DO CRESCIMENTO
E DO DESENVOLVIMENTO DO SER HUMANO***

**FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO
PROGRAMA DE APOIO AS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano / Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do Ser Humano [da] Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. -

Vol.1, n.1 (jan./jun. 1991) - São Paulo : O Centro, 1991 - v. ; 28 cm
Semestral.

Sumário em inglês e português.

Descrição baseada em: Vol. 5, n.1/2 (jan./dez. 1995)

ISSN 0104-1282

1. Desenvolvimento infantil 2. Saúde materno-infantil. I. Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do ser Humano (São Paulo)

CDD.

-2.ED. - 305-231

EDITORIAL / EDITORIAL	07
OPINIÃO / ATUALIZAÇÃO OPINION / CURRENT COMMENTS	
Aspectos jurídicos da concepção de família na sociedade brasileira <i>Juridical aspects of the concept of family in Brazilian society</i>	11
Luis Paulo Santos Aoki; Roberto Tardeli	
Família: comunidade de vida e de amor <i>Family: community of life and love</i>	15
Frei Almir Ribeiro Guimarães	
Famílias das classes populares: tradição e mudança <i>Tradition and change in popular classes' families</i>	21
Sylvia Leser de Mello	
Crianças pobres e famílias em risco: as armadilhas de um discurso <i>Poor children and families at risk: the pitfalls of a speech</i>	28
Fúlvia Rosemberg	
Educação para família: uma proposta de trabalho preventivo <i>Education for the family: a proposal of preventive work</i>	34
Heloisa Szymanski Gomes	
Família, relativismo cultural e injustiça social no campo do desenvolvimento humano <i>Family, cultural relativism and social injustice in the field of human development</i>	40
Fernando Lefèvre	
A família: um sujeito pouco refletido no movimento de luta pelos direitos da criança e do adolescente <i>The family: a subject little considered in the fight movement for the rights of the child and adolescent</i>	45
Maria do Carmo Brant de Carvalho; Isa Maria F. da Rosa Guará	
Processo de abordagem das crianças e adolescentes “de e na” rua: desafios e perspectivas <i>The process of approaching children and adolescents ‘from and on’ the streets: challenges and perspectives</i>	49
Maria Stela Santos Graciani	

PESQUISA ORIGINAL
RESEARCH ORIGINAL

- A família escrava brasileira no século XIX
The brazilian slave family in the 19th century 59
Mana de Fátima Rodrigues das Neves
- Modo de vida de crianças “sem casa” “sedentárias”: suas casas, suas famílias, suas vidas
The lifestyle of “sedentary” homeless children: their houses, families and lives 71
Elaine Pedreira Rabinovich
- Experiências femininas: a participação nos movimentos sociais e relações familiares
Feminine experiences: participation in social activities and family relations 80
Fabíola Zioni

Considerando-se o contexto histórico da sociedade brasileira contemporânea e o contexto legal do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) acreditamos ser possível e necessário fazer emergir uma conceituação “legal” da família brasileira atual.

Trata-se de empreender uma leitura ou interpretação “interessada” daquilo que a sociedade e a cultura brasileiras atuais, através das suas dimensões legais, entendem por “família como instituição criadora/educadora de crianças e adolescentes”.

Tal leitura “interessada” parte do suposto de que o ECA permite seguir para a sua implementação uma dada interpretação da “sua” família, que seja ademais compatível com algumas das condições que devem estar presentes numa gama variada de percursos possíveis de crescimento e desenvolvimento.

Neste contexto, acreditamos que a proposta de definição de “família do e no ECA” pode ser vista como

Subsistema composto por pessoas e coisas, que, visando a criação de laços de filiação, num sentido mais amplo que a mera filiação biológica, tenha como funções precípuas a incorporação à sua base material (moradia e demais recursos materiais) e imaterial (teia de laços afetivos) uma criança ou adolescente, de forma a que estes estejam efetivamente e sintam-se pessoalmente: - pertencentes, de modo pleno e na qualidade de membros, a esta estrutura, mesmo que não estejam a ela vinculados por laços de sangue; a noção de pertencimento envolve também, necessariamente, um espacial inter-relacional, que constitui a família como campo psicossocial dinâmico na medida em que os aiores possam sentir-se em condições de inteira liberdade para atuar, a partir dos diferentes papéis que a cultura e as subculturas prevêem para a unidade familiar; - protegidos e respeitados por esta estrutura no que toca à promoção; manutenção e desenvolvimento de sua integridade física, psicológica e cultural enquanto seres humanos em formação; - encaminhados ou conduzidos por esta estrutura de modo a permitir e promover - respeitando condições naturais de natureza orgânica e psicológica - a sua gradual emancipação, com vistas à inserção na vida social e comunitária, enquanto seres humanos capazes de gerar outra unidade familiar e enquanto cidadãos capazes de contribuir para o funcionamento e para o desenvolvimento social e cultural.

Para entender a visão de família implícita no ECA, parece-nos de utilidade lançar mão das noções de Estrutura ou Sistema (aquí entendidas como portadoras de sentidos intercambiáveis).

Adotando-se uma perspectiva sistêmica/estrutural de família, fica mais fácil, por exemplo, entender porque no ECA não se toma posição no que diz respeito à natureza e ao número dos seres humanos que mantêm entre si os laços de filiação, admitindo-se, por conseguinte - respeitada as restrições legais - todas as variantes possíveis que permitem, de um ponto de vista biológico e extrabiológico, o cumprimento da macrofunção de filiação, através do exercício das três subfunções familiares básicas acima descritas.

Dentro desta visão sistêmica/estrutural, a família do ECA pode ser encarada como um sistema ou estrutura que articula uma energia ou dinâmica endógena e exógena, na medida em que os vínculos de pertencimento e proteção que configuram um movimento do sistema para dentro dele mesmo, permitem fortalecer e desenvolver a criança e o adolescente, para que possa ser cumprida adequadamente, num momento ulterior, a função de encaminhamento que configura um movimento exógeno, isto é, do sistema para fora dele, seja num sentido reprodutivo em direção a outro subsistema familiar.

Considerando a perspectiva do desenvolvimento humano, a família deve ser vista predominantemente como um sistema ou estrutura aberta porque se se priorisasse o exercício das funções de pertencimento e de proteção (que configurariam a família como um sistema fechado), as crianças e os adolescentes encontrariam dificuldades para, no momento adequado, constituir uma nova unidade familiar, já que estariam “atados” ao vínculo passivo de receber para si pertencimento e proteção, o que, evidentemente, dificultaria o estabelecimento de um vínculo ativo de dar para o outro este pertencimento e proteção.

A família pode também ser vista como um sistema aberto na medida em que está em constante e progressiva relação de articulação e de troca com outros subsistemas (o subsistema educacional formal que inclui as creches na sua ação de maternagem~ e berçários; o subsistema económico e produtivo, etc.) dos quais depende e para os quais contribui. E claro, também, que um excesso de endogenia do sistema familiar dificultaria a integração das crianças e adolescentes nestes outros subsistemas, que tenderiam a ser vistos como hostis e ameaçadores.

A guisa de conclusão, acreditamos, pois, que “afarn~ia do e no ECA” vista sob o prisma das suas funções de proteção, pertencimento e educação para a autonomia, ensejo e dá as bases legais para o exercício de alguns tipos de percursos favorecedores do crescimento e desenvolvimento.

1 “Maternagem” refere-se a um sistema de cuidados das mães (ou adultos) para suprir as necessidades de seus bebês

Considering the historical context of contemporary Brazilian society and the legal context of “Estatuto da Criança e do Adolescente” - ECA (a law which guarantees the rights of children and adolescents), we believe that it is possible and necessary to give a “legal” concept of today’s Brazilian family.

This means reading or interpreting in an “interested” way what today’s Brazilian society and culture legally understand as family: “an institution that creates/educates children and adolescents”.

This “interested” reading implies that ECA has a certain interpretation of “its” family for its implementation; this interpretation is compatible with some of the conditions that must be present in a variety of possible ways of growth and development.

In this context, we believe that the proposal of definition of “family of and in ECA” can be seen as:

Subsystem composed of people and things that, aiming at the creation of kinship links, in a broader sense than mere biological filiation, has as its main functions the incorporation of a child or adolescent in its material (lodgings and other material resources) and immaterial (network of affection links) basis, so that they effectively are and personally feel:

- belonging, belonging and as members, to this structure, even though they are not linked to it by blood; the notion of belonging also involves, necessarily, an inter-relational space that constitutes the family as a dynamic psycho-social field: the actors can feel entirely free to act, considering the different roles that culture and subcultures foresee to the family unit;
- protected and respected by this structure, as far as promotion is concerned; maintenance and development of their physical, psychological and cultural integrity, while human beings in development;
- guided or conducted by this structure, so that they are able to - respecting organic and psychological maturity conditions - emancipate gradually, entering social and community life, as they are both human beings capable of generating another family unit and citizens capable of contributing to a social and cultural functioning and development.

In order to understand the concept of family implicit in ECA, it seems useful to consider the notions of Structure or System (viewed here as having interchangeable meanings).

If one adopts a systemic/structural perspective of family, he can, for example, understand more

easily why the ECA does not refer to the nature and the number of human beings who maintain among themselves filiation links. Consequently, it is possible to admit - respecting legal restrictions - all the possible variants which allow, from a biological and extra-biological point of view, the accomplishment of the macro-function of filiation, through the practice of three basic subfunctions of the family described above.

From this systemic/structural view, the family of the ECA can be considered as a system or structure that articulates an endogenous and an exogenous energy or dynamics. The links of belonging and protection, that configure a movement of the system to its interior, allow the strengthening and development of the child and adolescent, so that, afterwards, the function of guiding can be adequately accomplished, forming an exogenous movement, that is, to the exterior of the system (for example, in a reproductive sense, towards another family subsystem).

Considering human development, the family must be seen predominantly as an open system or structure. If much importance was given to the practice of the functions of belonging and protection (which would transform the family in a closed system), children and adolescents would have difficulties to constitute a new family unit at the adequate moment, for they would be “attached” to the passive link of receiving belonging and protection. Obviously, this would hinder the establishment of an active link of giving belonging and protection to the other.

The family can also be seen as an open system because it is in a constant and progressive relation of articulation and exchange with other subsystems (the formal educational subsystem that includes the crèches, with their action of “maternagem”¹ and the nurseries; the economic and productive subsystem, etc.), on which they depend and to which they contribute. It is also obvious that an excess of endogeneity of the family system would hinder the integration of children and adolescents in these other subsystems, and they would tend to be seen as hostile and threatening.

To conclude, we believe that “the family of and in ECA”, seen in the light of its functions of protection, belonging and education to autonomy, gives the opportunity and the legal bases to the practice of some routes that favour growth and development.

1 “Maternagem” refers to a system of care that mothers (or adults) provide to their babies.